



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

**DIPLOMACIA PARA O  
DESENVOLVIMENTO**

*“A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para antecipar o que seremos.”*

**G**RANDE é a minha emoção ao presidir esta cerimônia, que assinala o acesso, em circunstâncias memoráveis, de jovens brasileiros a uma nobre carreira.

Comemora-se hoje, pela primeira vez entre nós, o Dia do Diplomata; e hoje se inaugura oficialmente em BRASÍLIA O PALÁCIO DO ITAMARATY.

Estas celebrações as realizamos, ademais, como um preito de irrecusável justiça, na data do nascimento do BARÃO DO RIO BRANCO, aquele que foi o grande consolidador de nossas fronteiras e, no julgamento da Pátria, um de seus mais eminentes filhos. Melhor homenagem do que esta, a de reverenciar a sua memória na inauguração do novo Itamaraty no coração do Planalto Central, não se poderia prestar a quem consagrou toda a sua vida à obra de assegurar a intangibilidade de nosso espaço geográfico e de criar, por essa forma, as condições básicas para ser ele ocupado por nossa gente e dinamizado por nossa energia criadora. Toda a atuação desse preclaro brasileiro teve por inabalável fundamento a crença na necessidade de povoar as zonas de fronteira e interiorizar os centros motores do País, como ora se procura fazer com a consolidação de Brasília.

Iniciais-vos, meus jovens compatriotas, em vida de integral devotamento ao País, numa carreira

árdua e de complexidade crescente, feita de exílios transitórios, mas sucessivos, em esforço contínuo de adaptação e resistência. Adaptação a modos de viver distintos do nosso, sem o que não vos revelareis plenamente úteis em vossa função, nem servireis, como vos incumbe, de traço-de-união entre o vosso país e aquele em que estais acreditados; e resistência a integrar-vos excessivamente ao país em que desempenhais vossa missão, para que, em momento algum, não vos esqueçais de vossas origens, nem do dever de salvaguarda permanente dos interesses nacionais.

A carreira que abraçastes exige dedicação incondicional e serviço incessante. Em verdade, representa-se a Pátria conscientemente, no exterior, em todos os momentos. Nos menores atos dá-se o testemunho do Brasil, da maneira de ser brasileira, das qualidades de nosso povo. Daí a necessidade para o verdadeiro diplomata de encarar a sua profissão como um sacerdócio.

A primeira de vossas obrigações é para com a segurança nacional, em cujo esquema de proteção a diplomacia ocupa um dos postos mais importantes; a segunda é a de manter e ampliar o diálogo entre as nações e aprofundar-lhes as alianças, resolvendo ou reduzindo as dissensões internacionais, no interesse da própria segurança nacional, dentro da qual transformamos em realidade as nossas potencialidades como país e empreendemos a nossa empolgante escalada para o desenvolvimento.

A tarefa de aprimorar a convivência mundial torna-se menos difícil, quando se representa o Brasil, que não alimenta pretensões contrárias aos interesses fundamentais de outros Estados e habituou-se, por inclinação natural e imperativos legais, à solução

negociada dos litígios internacionais. Além disso, nosso país crê firmemente na fraternidade necessária entre os povos e almeja, não apenas o convívio amistoso com as demais nações, mas também a efetiva colaboração entre elas, aceitando, de bom grado, toda cooperação, desde que compatível com a sua condição de Estado soberano.

Para a execução dessa política sereis chamados, de maneira crescente, a prosseguir nossa atuação em prol da mudança das regras da convivência internacional, da alteração de um sistema de relações que, apesar de tradicionalmente móvel, ora se pretende estático. O nosso país se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos.

À medida que o Brasil cresce — e, mercê de Deus, somos testemunhas cotidianas desse crescimento — tendem a manifestar-se conflitos de interesse no plano internacional. Devemos receber isso com tranqüila naturalidade, sem espanto ou alarme, como um sinal mesmo de nossa expansão, de alteração das nossas estruturas econômicas e da tomada de consciência do que representamos no concerto das nações.

Na proporção em que crescemos, em que convertemos promessas em realidades, dilata-se e aprofunda-se, outrossim, a nossa participação nas relações internacionais. Cabe-nos exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses.

É imperioso que nos adaptemos à idéia de um Brasil que alcança, no presente, o que, antes, se punha no futuro; de um Brasil disposto a exercer, no plano universal, missão não inferior àquela que lhe impõem sua realidade atual e sua capacidade de progredir. Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria.

A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais. Ela não pode ser instrumento da manutenção e, muito menos, da ampliação da distância que atualmente separa as nações ricas das nações pobres. É indispensável, por isso, a mudança das regras do comércio internacional, que secularmente têm favorecido os países desenvolvidos, e, bem assim, a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico. Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça — como ocorreu, no século XIX, com a Revolução Industrial — em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos. Repelimos qualquer tentativa, seja qual for o pretexto invocado, de restauração da tese de zonas de influência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros.

Não apenas a convergência de interesses e a identidade de reivindicações, mas também a consciência de que devemos ser elemento dinâmico no mundo, explicam nossa posição de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento e, entre eles,

de modo particular, com os que formam a comunidade latino-americana.

Essa aliança, fundada na simetria da experiência histórica, moldada em prolongado e salutar exercício de intercâmbio de opiniões e de convívio franco, veio encontrar recentemente sua expressão unânime no Consenso de VIÑA DEL MAR.

Senhores:

A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX. No trabalho comum para colimar esse objetivo supremo, a diplomacia brasileira tem função primordial a cumprir. O progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo de crescimento.

Compete, pois, à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam junto conosco a dura batalha do desenvolvimento, como lhe cabe envidar todos os esforços para lograr a adesão dos países desenvolvidos aos postulados que defendemos e de cuja aplicação depende, já agora, o próprio progresso da humanidade.

O ciclo de negociações decorrentes do Consenso de VIÑA DEL MAR é, por si só, indício claro de que a firmeza e a tenacidade podem lograr esse objetivo. O cenário e a base de nossas reivindicações são um sistema de aliança e consulta já provado pelo tempo.

pois a comunidade latino-americana se insere em círculo maior e mais antigo — o sistema de solidariedade hemisférica, no qual se busca plasmar o destino comum do continente.

Tal sistema de solidariedade — que tem servido de modelo em outras áreas do mundo — só terá, porém, vigência duradoura, se se harmonizarem os interesses de todas as regiões do hemisfério e se a segurança política assentar na segurança econômica continental.

A cooperação externa, a eliminação de entraves ao comércio e aos financiamentos, o livre intercâmbio dos conhecimentos científicos e dos progressos técnicos não podem ser efetivados em nome apenas da solidariedade, mas, igualmente, no da conveniência e da justiça, com base no reconhecimento de que a fraqueza de uns debilita os outros, de que a pobreza da parte contamina o todo.

A nação brasileira, por todas as suas forças vivas está empenhada na tarefa de dar o grande salto tecnológico, sem o qual não será possível acelerar o ritmo de seu desenvolvimento. Por essa razão, o Brasil quer ter mãos livres em todos os setores da pesquisa científica e da aplicação pacífica das novas e ilimitadas fontes de energia. E se recusa a comprometer o seu futuro, obrigando-se por esquemas internacionais em que lhe são negados direitos e prerrogativas, que se pretende constituam privilégio de alguns.

Imperativos da segurança nacional e a determinação inabalável de salvaguardar nossos recursos naturais impuseram que se fixasse o limite do mar territorial brasileiro em duzentas milhas. Com esse ato de soberania se fortalece a crescente tendência dos países latino-americanos no sentido de impor

disciplina jurídica uniforme em matéria de capital importância para o desenvolvimento comum.

A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para antecipar o que seremos. Deve, por isso, ao observar o mundo para recolher da experiência de outros povos o que pode servir ao nosso progresso, adaptar-se incansavelmente às transformações que ocorrem no cenário internacional e às freqüentes mutações do jogo do poder, pois a matéria com que lida é, por definição, fluida e inconstante.

Já se vislumbram os sinais de que uma era de negociações sucede à da confrontação. A solução pacífica das divergências é tradição antiga neste continente e constitui concretização de milenar ideal humano, o qual, em nossos tempos, busca sua expressão na criação e aperfeiçoamento das NAÇÕES UNIDAS.

Coincidência feliz para esta nova turma de diplomatas é que o seu ingresso na carreira se verifique no ano em que as NAÇÕES UNIDAS completam um quarto de século de ação permanente e proveitosa em favor da paz, do abrandamento das tensões e da convivência entre os povos. Nesse foro internacional de debates, ainda imperfeito, se desenvolveu nova atmosfera de diálogo, que orientou e deu forma, nos últimos vinte e cinco anos, a profundas transformações no panorama mundial. O principal testemunho dessas mudanças é o surgimento de numerosos Estados, que conferem nova dimensão à comunidade internacional. Em nossos dias, pela primeira vez na evolução humana, vê-se que a História não mais se faz em continente ou

áreas estanques, mas se projeta, ao contrário, como a realização coletiva de toda a humanidade.

A vós, jovens compatriotas, que ora vos integras nesta Casa de luminosas tradições, a serem prosseguidas no PALÁCIO DO ITAMARATY que hoje se inaugura, a minha saudação amiga. Como Primeiro Magistrado da Nação, aqui compareço para desejar-vos, em benefício do Brasil, todo o êxito na carreira que abraçastes.

---

(Discurso proferido no PALÁCIO DO ITAMARATY, em Brasília, no Dia do Diplomata, a 20-4-70).